

RES - PUBLICA

*Revista Lusófona
de Ciência Política
e Relações Internacionais*
2007, 5/6
pp. 31 - 45

Os Irmãos falsamente Siameses: Portugal e Espanha

Alfredo Margarido *

Resumo

No decurso da sua história são muitos os pontos de convergência entre as duas nações ibéricas, mas também os factores que marcaram as suas diferenças, nomeadamente quanto aos distintos processos de descolonização e de democratização no século xx. Até aos dias de hoje, onde depois de épocas marcadas sobretudo pela conflitualidade, Espanha e Portugal são obrigados a coexistir e a cooperar no espaço comum europeu.

Palavras-chave

Espanha, Portugal, Península Ibérica, Democracia, República, Europa

Abstract

There are many points of convergence between the two Iberian nations throughout their history, as well as many factors that marked their differences, namely in reference to the distinct processes of decolonization and democratization in the 20th century. Currently, after periods that were mainly marked by conflict, Spain and Portugal are obliged to coexist and cooperate in a common European space.

* U.L.H.T.

Keywords:

Spain, Portugal, Iberian Peninsula, Democracy, Republic, Europe

Já há bastantes anos encontrei numa viagem para Paris, o primeiro-ministro de então, o Dr. Francisco Balsemão. E antes de entrarmos a bordo, onde estaríamos separados, ele na executiva, eu na económica, perguntei-lhe se contava adoptar, em relação à Espanha, uma política diferente daquela que fora cunhada pela parelha Oliveira Salazar – Marcelo Caetano. Pareceu-me sinceramente surpreendido, respondendo-me: «mas não há nada de excepcional a fazer; a Espanha é um país como os outros». Foi a minha vez de manifestar surpresa: pois como podia a Espanha, com a qual temos a nossa única fronteira terrestre, ser um país como os outros, pois só atravessando-a de par em par tínhamos acesso à Europa¹. A situação não mudou, como têm mostrado de maneira suficiente as lentas e contraditórias decisões respeitantes ao TGV, que nos permitirá chegar a Madrid para entrar noutra comboio, o Talgo? – que nos levará até França onde poderemos utilizar outra rede ferroviária que nos permitirá enfim chegar à Europa.

Por outro lado, a Espanha não pode ser um país como os outros, levando em linha de conta a evolução das nossas relações políticas ou económicas, sem esquecer a importância, algumas vezes dramática assumida pelas relações de parentesco das casas reais que, respeitando as regras da sucessão, permitiram a existência da «dinastia dos Filipes», que durante 60 anos, de 1580 a 1640, autorizaram que o país fosse governado pelos reis espanhóis ou sobretudo pelos seus delegados. Esta longa operação de dominação pôde ser levada a cabo devido à inércia dos portugueses, que aceitaram a dominação espanhola sem grandes protestos. Se excluirmos a actividade de D. António, o Prior do Crato, e algumas mínimas sarrafuscas, permitiram que os Espanhóis – e

sobretudo os Castelhanos – pudessem levar a vida normal dos que têm direito a exercer uma autoridade não desejada sobre as populações portuguesas.

É verdade também que estas operações nos deixaram a contas com figuras singulares como o Manuelinho de Évora, que teria sido o cabecilha de uma falsa revolução contra os Espanhóis, tal como se produziu então o tipo acabado do traidor político, o secretário Miguel de Vasconcelos, que os «conspiradores de Dezembro de 1640» lançaram por uma das janelas do Palácio que continua a ser o «da Independência». Se outros traidores houve, como é evidente, eles são representados por Miguel de Vasconcelos, cuja função metonímica parece estar destinada a permanecer na memória patriótica. O mito patriótico age de maneira exemplar, pois Miguel de Vasconcelos não reagira no estilo dos mosqueteiros tendo-se encafuado num armário de onde foi arrastado até à janela para ser precipitado na calçada à portuguesa da rua que hoje se nomeia de António Vaz de Almada.

Deve acrescentar-se a outra função da Espanha, posta em evidência por António José Saraiva, ou antes de Castela, que foi a de obrigar os Portugueses a mobilizar-se constantemente para fazer face aos Castelhanos. Esta observação obriga-nos a verificar que, de facto, os Portugueses só puderam tornar-se independentes, opondo-se primeiro à Galiza, e depois e quase permanentemente, pelo menos até ao século XIX, aos castelhanos. Podemos verificá-lo a partir, se não do recontro do Vez, pelo menos após a Batalha de Aljubarrota em 1385. Façamos contudo uma curta referência às condições da criação, primeiro, do Condado Portucalense, seguida poucos anos depois pela emergência de Portucale, que o mecanismo da língua já portuguesa transformará em Portugal. Cabe ao infante Afonso Henriques – filho de um não galego, o conde D Henrique e de uma princesa galega D. Tareja – separar-se, não sem violência, da Galiza.

A construção da História portuguesa, que durou séculos, assinala as condições deveras particulares que permitiram esta operação política fundadora, pois

fora necessário a Afonso Henriques meter a mãe na cadeia para dispor das condições indispensáveis para levar o seu projecto a bom porto. Trata-se de um matricídio simbólico, sendo a morte da mãe indispensável, já que o pai, não sendo galego, não dispunha da legitimidade política carregada pela mãe. Até hoje, a historiografia portuguesa mantém a importância desta decisão de Afonso Henriques, que deste modo marca a sua singularidade entre as personagens da corte galega. Também se pode pensar que se quis, mantendo a narrativa, salientar o acto que prova que o príncipe não era um galego genético, pois carregava consigo os genes de um pai estrangeiro.

Os primeiros portugueses estavam instalados num nicho ecológico, do qual deviam sair para alcançar a sua autonomia. Semelhante operação previa e supunha o uso da força como realmente aconteceu, em dois sentidos: manifestação de força perante a corte galega, como se verificou no reencontro do Vez; adopção de uma estratégia armada contra os Árabes e os seus aliados. A similitude das práticas agrícolas que ainda hoje se regista entre os Galegos e os Portugueses salienta a dificuldade da separação: ainda hoje somos consumidores da couve-galega, quanto mais não fosse no quase folclórico «caldo verde com ou sem tora», que continua a fazer parte dos nossos cardápios. Este parentesco foi reforçado de resto pela introdução do milho, nos começos do século XVI e da batata andina, já no século XIX, graças à intervenção da viscondessa de Vilarinho de São Romão, à qual se deve de resto um monumento, pois a sua actividade acelerou a alteração dos gostos e das preparações culinárias dos Portugueses.

Faltava todavia um sinal forte da ruptura com a Galiza, sobretudo a partir do momento em que os Portugueses fizeram da Lisboa tomada aos mouros, a sua capital deslocando para o centro-Sul a elaboração das suas políticas. A crise final registou-se após a morte de D. Fernando, quando a rainha viúva, Leonor Teles, se tornou a amante do conde de Andeiro, um galego sedutor. Ora a morte do rei abriu

uma brecha na estabilidade política, uma vez que o poder masculino, que impusera a lei sálica através da Europa, só podia rejeitar ser governado por uma mulher, fosse ela «a flor da altura».

Aconselhado por Álvaro Pais, o mestre de Avis decidiu matar o conde galego, o que nitidamente chocava com o comportamento que devia assumir o mestre de uma ordem religiosa. Por isso, o mestre limitou-se a marcar – como faziam os caçadores – a presa a abater. Uma estocada de Rui Coelho, diz-nos Fernão Lopes, acabou-lhe com a vida de adúltero.

Na sequência desta catadupa de acontecimentos: morte do conde, subida ao trono do mestre de Avis que dá começo à segunda dinastia de Aviz, regista-se a impaciência, ou antes a cólera da corte espanhola, que multiplica as entradas em território já reconhecidamente português, o que multiplica os choques armados e mortíferos. A primeira batalha travou-se em 1434, a dos Atoleiros, que funcionou como uma espécie de prefácio à série de batalhas travadas quase a seguir: derrotados em Atoleiros decidiram cercar Lisboa. Na visão mítica da organização da História portuguesa, é contudo a Batalha de Aljubarrota – 1385 – que concentra o orgulho e as esperanças dos Portugueses. Esta vitória que adquiriu o volume que cabe sempre aos mitos, foi seguida por outras – que permitiram a emergência de outra figura mítica que ainda hoje funciona, devido às muitas vitórias que obteve sobre os Castelhanos: o jovem condestável D. Nuno Álvares Pereira, que se tornou o maior proprietário de terras em Portugal.

Para dar ainda mais relevo à vitória, os Portugueses fizeram aparecer uma figura que conta entre as mais singulares: a padeira de Aljubarrota, que teria matado nada menos de sete espanhóis com a pá do forno. Compreende-se a construção do mito que põe em evidência a cobardia dos castelhanos derrotados, pois se tinham refugiado no forno, tendo sido descoberto pela padeira, a qual decidiu afrontá-los com a única arma que possuía: a pá do forno, que não é propriamente um instrumento de guerra, mas antes um utensílio pacífico que o particularismo da

situação transforma em lança suficiente para liquidar nada menos do que sete castelhanos. Poder-se-iam injectar nesta reflexão algumas considerações sugeridas por este número simbólico, mas deve antes salientar-se que a operação foi montada para pôr em evidência a fragilidade dos soldados castelhanos, dado que uma frágil mulher estava em condições de os liquidar à pazada: sete de uma vez!

Registe-se no plano daquilo a que se chama a «aventura marítima» partilhada com as populações tendo acesso ao Atlântico, o choque entre os Portugueses e os Espanhóis, cuja importância decorre do facto de a Europa – a política como a religiosa – aceitar a perda de importância do Mediterrâneo, encarado como sendo o que realmente é: um «mare clausum», substituído na organização civilizacional do Ocidente europeu pelo Atlântico. Se os dois grupos peninsulares – os Portugueses e os Castelhanos – se tinham já afrontado em terra, também se bateram no mar, pois os Portugueses não hesitaram em impor a guerra do corso, capturando ou pilhando as embarcações saindo ou demandando o Mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar. Convém não esquecer neste ponto o aviso de Fernand Braudel: lembremo-nos que a guerra é uma indústria, na qual se integra também a guerra do corso.

É em 1492 que se regista uma mudança fundamental em Espanha: os reis católicos Fernando e Isabel, conseguem reunir – não parece ter-se registado a «fusão» que alguns historiadores apressados conseguiram encontrar – as sete nações, cada uma das quais representada por uma flecha, submetida ao jugo de Castela. A eficácia deste símbolo, que tem vindo a ser eliminado da sociedade espanhola, pode medir-se pela sua utilização pela Falange, criada por José António Primo de Rivera. Não falta de resto quem denuncie o carácter «fascista» do símbolo do século xv, que só pode adquirir a *patine* fascista devido à necessidade de integrar o totalitarismo do regime franquista na longa linhagem da história das nacionalidades espanholas.

A passagem do Mediterrâneo para o Atlântico inaugura uma nova maneira de fazer política, situação reforçada pelo facto de portugueses e espanhóis navegarem praticamente no mesmo espaço, procurando conhecer e inscrever, nos mapas, as terras a sul ou a oeste da Europa. As ilhas Canárias forneceram durante algum tempo um objecto polémico ao qual os dois blocos peninsulares consideravam ter direitos. Era necessário por termo à imensa querela, o que foi conseguido pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. Para os Castelhanos, estas duas são cruciais, pois em 1492 os Espanhóis conseguem ocupar Granada, expulsando o rei Boabdil, ao mesmo tempo que tomam as medidas necessárias para assegurar a expulsão dos judeus e dos árabes, com os quais estavam misturados os berberes, quer dizer os azenegues do nosso século xv que não falavam, árabe, não sendo também muçulmanos, mas antes animistas, embora o termo utilizado pelos antropólogos não seja de muita confiança. Instalada em Sevilha, a corte dos Reis Católicos procurou aproximar-se do mar, mas cedo se registou a transferência das tarefas marítimas para o Atlântico. Não podemos contudo esquecer que foi de Sevilha que partiu Fernão de Magalhães para a sua viagem de circum-navegação, tendo sido em Sevilha que desembarcou o basco Sebastião del Cano, que pôde completar a viagem, após a morte de Magalhães numa refrega com os habitantes «selvagens» da ilha de Mactan.

Retenhamos os dois factos primordiais: a interpretação do Tratado de Tordesilhas deu lugar a muitas polémicas, na medida em que a cartografia só alcançara o seu estágio final – entendamo-nos, final em relação a esta primeira das navegações oceânicas que permitem acrescentar mais um continente, a América, à geografia de Ptolomeu. O segundo factor, deriva sobretudo das tricas amorosas de D. Manuel – que sucedera a D. João II, a quem a rainha Isabel, a Católica, chamava «o homem» – que foi empurrado para a expulsão dos judeus não convertidos ao catolicismo, decisão que abalou a própria estrutura profissional e financeira do País, já que a gestão do

dinheiro tinha sido confiada à competência dos judeus – que sofreram a concorrência dos cambistas e banqueiros italianos –, o mesmo sucedendo às operações bancárias e financeiras, cujo volume era importante devido às actividades marítimas em África e sobretudo no Oriente.

Como não podia deixar de ser, agravaram-se as querelas entre os dois países e as duas coroas, pois D. Manuel encarou a possibilidade de ser também rei de Espanha – como já o fizera Afonso V, tão justamente cognominado «O Africano». Para assegurar o casamento com uma princesa espanhola, D. Manuel decretou a expulsão dos judeus, criando um vazio num país fracamente povoado e que, ainda por cima, tinha necessidade de braços para poder levar para a frente as imensas tarefas impostas, tanto pelas actividades normais da navegação, como pela necessidade de assegurar o povoamento das regiões que iam sendo «descobertas», cada vez mais para o Sul do Atlântico e para leste do Índico. Se os portugueses fervilhavam em Sevilha, não faltavam também os espanhóis – galegos, andaluzes, castelhanos/leoneses ou asturienses. Nas tabernas podiam encontrar-se astrólogos ou cartógrafos, todos decididos a ir mar fora para poder regressar ricos.

É neste período que se registam os dois casos que provocam a ira da corte portuguesa: a deserção de Cristóvão Colombo – que teria nascido em Cuba, no Alentejo, descobriu-se agora! – seguida mais tarde pela de Fernão de Magalhães, que *Os Lusíadas* denunciam como sendo um simples e ignóbil «traidor». Os Castelhanos conseguiram encontrar capitais para armar as duas expedições, tendo Cristóvão Colombo partido de Sevilha em 1492, ano nitidamente marcado pela perícia política e financeira da corte castelhana. A expedição, que no projecto de Colombo devia alcançar o Oriente – navegando contudo a ocidente, acabou por se enredar no labirinto das ilhas das Antilhas. Colombo passou por Lisboa em Março 1493, mas curiosamente ninguém parece ter constatado que esta expedição que «alcançara» a Ásia, adoptando um percurso por Ocidente, não trazia nos porões as

especiarias que sabidamente eram produzidas no Oriente. Mas soube-se imediatamente em Lisboa e no país, que os habitantes das ilhas encontradas por Colombo eram diferentes dos Africanos, pois não tinham o «cabelo revoltado» – o que modificava sensivelmente o catálogo somático da espécie humana.

Fernão Magalhães suscitou também a ira dos Portugueses, tendo contudo sido humilhado pelo rei D. Manuel, que chegou ao ponto de lhe recusar a mão a beijar. A preocupação da corte lisboeta era tal que o embaixador português em Sevilha pediu autorização para mandar matar Fernão de Magalhães, que o rei recusou. Deve acrescentar-se em abono do grande navegador que provou ser a terra redonda, que as especiarias que chegaram a Sevilha na *Vitória* cobriram largamente os capitais investidos na operação: portugueses e espanhóis, talvez espicados pelos cambistas e banqueiros italianos que a partir do século xv se tinham instalado em Lisboa, tinham aprendido a investir bem os seus cabedais (o capital ainda estava por vir). Magalhães pôs em evidência, graças ao «seu» estreito, a relação entre o Atlântico e o Pacífico, tal como este se relacionava com o Índico.

Todavia, os Portugueses seriam apanhados nas regras que organizavam o parentesco, sobretudo aquelas que se aplicavam nas famílias reais ou imperiais. A corte portuguesa começara por ser vítima da pouca higiene sexual do rei D. João III, que ao morrer deixava atrás de si uma magra descendência masculina, tendo sido sucedido pelo jovem e mal educado príncipe D. Sebastião que, nos retratos existentes, mais parece austríaco do que português. Talvez seduzido pelos romances de cavalaria – possivelmente os mesmos que arrastaram D. Quixote para as estradas, os moinhos de vento e as Baratárias – D. Sebastião decidiu criar um vasto império no Magrebe, tendo para o conseguir organizado uma expedição que foi atacada por três reis da África do Norte, provocando a derrota das suas forças, tendo morrido no combate. Uma parte dos portugueses

recusou-se a aceitar a veracidade desta morte, esperando o regresso do rei, numa manhã de nevoeiro. Este «sebastianismo», cujas componentes paranóicas são por demais evidentes, continua pendente sobre a sociedade portuguesa, tendo sido parcialmente renovado por Fernando Pessoa, sobretudo nos poemas da *Mensagem* (1934). Desleixado, D. Sebastião não procedera à realização de uma das tarefas principais a satisfazer por um rei: não deixava descendência. O trono foi assim entregue ao decrépito cardeal D. Henrique, tio do rei morto na África do Norte.

O xadrez genealógico só podia atribuir o trono ao rei de Espanha, Filipe II, que, face ao descalabro evidente da vida pública portuguesa, encarregou um dos seus agentes, Cristóvão de Moura, de organizar o apoio à sua pretensão. A única resistência mal estruturada que se revelou, foi a de D. António, o Prior do Crato, cujas fracas forças foram batidas no vale de Alcântara, obrigando o pretendente a refugiar-se nos Açores, antes de se instalar em França. Castela alcançava enfim o fruto proibido, embora esta operação tivesse de contar com a ajuda indirecta dos muçulmanos. Creio que o mais revelador reside na maneira apática como os Portugueses reagiram a esta ocupação, com a sempre notável excepção de D. António, o Prior do Crato, ainda que a sua intervenção tenha possuído um carácter *pro-domo*, que se pode também explicar recorrendo de novo às genealogias.

A dinastia «filipina» aparece na História portuguesa como um período excepcional que não pode deixar de pôr problemas aos historiadores, que já procuraram encontrar traços da resistência popular, tendo-os de facto encontrado, mas tão tardios como fálhos de força e também de teoria. Tudo se passa como se a população portuguesa, nobres, clero, artesãos ou agricultores, medisse as condições existenciais, concluindo que nem uns perdiam o poder, nem os outros se libertavam das corveias. A complicada sucessão dizia apenas respeito a um fragmento da nobreza e, por isso, as coisas podiam ser deixadas no lugar que lhes tinha sido destinado

pelo acaso da reprodução das famílias reais. E de tal modo isto era assim, que as reacções virulentas vieram da nobreza parcialmente mobilizada para participar na Guerra da Catalunha, tão soberbamente analisada mais tarde por D. Francisco Manuel de Melo.

Como não podia deixar de ser esta legalíssima – em termos de direitos da nobreza, nascidos da genealogia, pois Portugal não estava pelas forças castelhanas, já que o rei Filipe I, II de Espanha, como diziam os manuais de História na escola primária, tinha subido ao trono em parte em consequência das doenças venéreas do inquisitorial D. João III – suscitou invejas e cóleras. A verdade porém é que os Castelhanos puderam satisfazer o apetite que sempre tinham manifestado por Portugal. E, claramente, trata-se de uma ferida feia que ainda não cicatrizou inteiramente. De resto, o País tem feito o necessário para que o rosário da conflitualidade com Castela e os Espanhóis – não só os Castelhanos, mas muitos outros, talvez com a notável excepção da Galiza, que escolheu Portugal como lugar de emigração preferencial –, tenha sido engrossado com novas pérolas, pelo menos até 1801. Uma grande parte do século XVII caracterizou-se pela multiplicação dos conflitos – ou guerras – com os Espanhóis, que não queriam renunciar à dominação de Portugal e dos portugueses. Começavam as guerras da Restauração que, mais uma vez, foram marcadas pelas sucessivas derrotas das forças espanholas. Dadas as condições do recrutamento e o estado da consciência colectiva, devemos reconhecer uma grande coragem e determinação a estas forças, mal armadas, mal vestidas, mal calçadas e pior alimentadas. É certo que o governo de Madrid tardou a decidir-se, mas o espírito conflituoso das relações com Espanha aparece claramente na frase popular condenatória que diz: de Espanha, nem bom vento, nem bom casamento.

Esta frase, que aparece como sendo um provérbio, põe em evidência a maneira como a consciência colectiva se organizou, para julgar o comportamento dos Espanhóis nas suas relações com os Portugueses. Embora esta sentença seja contradita pela valorização

do *salero* das mulheres espanholas que, na segunda metade do século XIX, se contavam entre as preferidas pelos diferentes estratos das burguesias. Havendo ainda a salientar a existência de diferenças nas relações fronteiriças, sendo abundantes os dialectos resultantes da fusão registada entre diferentes línguas, sendo hoje o mirandês o único desses dialectos que foi aprovado pela linguística oficial, tal como podemos encontrar em Rio de Onor, também em Trás-os-Montes, uma estrutura comunitária que não impede a propriedade privada e cujas estruturas só podiam aproximar-se ao famoso *mir* que mereceu a correspondência trocada entre Karl Marx e Vera Zassulitch. Família e parentes, propriedade individual ou colectiva, aparente devoção cristã que não impede a proeminência das bruxas (pense-se em Goya) e dos feitiços, tal podia ser o resumo dos valores essenciais destes grupos sobreviventes, que continuam a perder a sua legitimidade, mas que teriam tendência a criar uma certa homogeneidade dos dois lados das fronteiras oficiais. Ou seja, mau grado a violência das tensões que opuseram Portugal a Castela, podemos ainda encontrar vestígios mais ou menos significativos da partilha dos mesmos valores, a que não ousarei chamar «peninsulares», mesmo se nos estudos consagrados ao País Basco, pela família Caro Baroja, seja possível encontrar resíduos que operam no mesmo sentido.

As guerras ou batalhas, que a mitologia histórica portuguesa reuniu sob o título tão genérico como apropriado de guerras da Restauração, salientam uma vez mais a impaciência castelhana perante a afirmação da vontade de independência dos portugueses. A tendência geral europeia, mesmo nos dias de hoje, quando a União Europeia parece constituir um projecto capaz de modificar as relações históricas entre os países que a formam, ainda não conseguiu dissipar a veemência do desejo de poder de Madrid, mau grado a existência das «autonomias» espanholas. O equívoco europeu pode ser lido em muitas e muitas intervenções de dirigentes políticos, que cada vez mais se referem à Ibéria considerada como sendo sinónimo

de Espanha. Podemos ver nessa maneira de nos catalogar a consequência de uma certa impotência da nossa emigração, que não soube alcançar o nível de prestígio do espanhol e das culturas especificamente espanholas, que incluem os galegos, os Asturianos, os Catalães, etc.

Se o século XIX começara para os Portugueses com mais uma derrota militar em 1801 – «Guerra de los Naranjos» – o grande cataclismo civilizacional proveio das Invasões Francesas, que encontraram em Goya e no seu *Três de Maio*, a representação dramática que convinha, dando às forças francesas o carácter antinacional e antipopular que forma o perfil pouco glorioso das campanhas militares de Napoleão. Pode talvez dizer-se que a «Guerra das Laranjas» deve ser classificada como a última operação militar destinada a impor a hegemonia castelhana. Por outro lado, esta operação revelou aos próprios portugueses o estado miserável das suas forças armadas, assim como a fragilidade do nosso conhecimento: não só não havia estado-maior no sentido técnico que lhe fora dado pela Prússia, como se registava a falta de um simples e indispensável mapa das fronteiras, como acusam alguns oficiais no lavar dos cestos. Por sua vez os Espanhóis dirigidos por Madrid, por Castela, são obrigados a dar conta da impossibilidade de impor de novo aos Portugueses a tutela brutal de um rei e de um governo formado por estrangeiros.

A burguesia portuguesa, ou melhor dito, a parte iluminada da burguesia, opta pelas soluções liberais que, entre os mais, foram divulgadas com afincamento e eficácia pelas lojas maçónicas – qualquer que fosse o rito. Não podemos esquecer que a Inquisição continuava a ameaçar os indivíduos ou os grupos que aderiam às propostas do liberalismo, tal como ele resultava das propostas dos Norte Americanos, cuja «revolução» datava já de 1776, fornecendo um modelo aos Brasileiros da Inconfidência (1789), data que coincide com a Revolução Francesa de 1789. Os Direitos do Homem e do cidadão, que assinalam a noção do «súbdito» dependente da autoridade real,

exerceram uma pressão constante sobre as burguesias iluminadas, que são acompanhadas pela mudança dos paradigmas científicos. Não se inventara ainda o motor a vapor, destinado a incrementar as sociedades caracterizadas pelas grandes cidades e pela criação das «fábricas» (os Franceses distinguem muito utilmente as «fabriques» das «usines»), sendo as primeiras caracterizadas pelo trabalho manual, que concentra os artesãos, ainda controlando a sua competência profissional), enquanto as segundas assinalam o facto diferencial de pertencerem a proprietários individuais ou eventualmente colectivos, sendo os trabalhadores assalariados, dependendo não do seu conhecimento, mas antes do salário. Inventavam-se assim os dois grupos que deviam animar a História: de um lado, os proprietários capitalistas, do outro, os trabalhadores, uma parte dos quais provinda directamente da agricultura, e não tendo outro «capital» que não fosse a sua força de trabalho. Assim nascia a classe que já no século XIX foi reconhecida como sendo a «classe perigosa».

O que caracteriza a «Revolução Liberal» portuguesa, é sobretudo o facto de ela revelar a fragilidade tanto teórica como demográfica da burguesia iluminada, assim como a sua evidente incapacidade de proceder à mobilização das forças capazes de destruir rápida e eficazmente os redutos do absolutismo. A situação estava de tal modo bloqueada que se tornou indispensável «invadir» o País para dispor das forças indispensáveis à derrota dos absolutistas, que a história designa como sendo os «miguelistas». Estas dificuldades são também as dos Espanhóis que, como os Portugueses, devem gerir as colónias, essencialmente africanas, com um prolongamento americano (Brasil) no caso português, ao passo que os Espanhóis possuem, mau grado alguns desastres, como o da Invencível Armada (1588), um vastíssimo império que vai do Sul do que é hoje território norte-americano, até à Argentina. Há de resto paralelismos, pois se os Espanhóis inventam os «indianos» – isto é, os colonos que regressam

nobrememente enriquecidos à mãe-pátria, os portugueses dão força e vida aos «brasileiros» que são também os antigos colonos que regressam também eles enriquecidos e dispostos a mudar a paisagem, como ainda hoje se pode verificar em muitas regiões do Norte. Este paralelismo encontra reforço no facto de a emigração – que ainda o não é, de facto, pois se trata sobretudo de «colonos» – escolher os seus lugares privilegiados nas Américas; se os Espanhóis, e mormente os Galegos, escolhem Cuba como destino preferido, já os Portugueses encontram no Brasil espaço e condições para conseguir enriquecer. Nos dias de hoje, os Portugueses, arrastados pelas facilidades de certa imprensa, classificam o País como sendo caracterizado pela emigração – «Portugal é um país de emigrantes ou de emigração», diz-se e escreve-se correntemente – esquece-se que pelo menos até 1822, Portugal é sobretudo um país de colonizadores, exportando, por assim dizer quotidianamente, o seu lote de colonos.

Sublinhe-se, num curto parágrafo, a nostalgia do império, no caso dos dois blocos peninsulares; encastoa-os nas práticas sociais correntes, que levam os Espanhóis a multiplicar as lojas de «ultramarinos», assim como a criar as numerosas «havanesas» que ainda não desapareceram inteiramente da paisagem urbana, operação que encontrou um pequeno eco em Portugal, onde uma havanesa se instalou no Chiado. Estes laços aparentemente ténues prolongam-se contudo, possuindo uma espécie de umbigo civilizacional em Cuba, como podemos verificar no consumo de «los puros», os charutos cubanos ou havaneses que continuam a fazer arte nos menus pantagruélicos espanhóis, acompanhados não só pelos conhaques, mas mais folcloricamente pelo consumo de mulheres cubanas, que podem ser dominicanas. Basta ler as páginas dos anúncios classificados de qualquer grande diário espanhol para encontrarmos os anúncios que oferecem as guapíssimas mulheres americanas. O que encontra correspondência na parte portuguesa na Península, tal como pretendeu demonstrar o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre nos

seus diversos e frequentemente excelentes trabalhos de sociologia antropológica, que desaguaram na criação de uma teoria, a do luso-tropicalismo, que teria a sua origem no comportamento dos homens portugueses, que seriam, fundamentalmente, heterodoxos na escolha das outras mulheres, o que teria naturalmente permitido a mestiçagem e que viria a ser uma das características não só do Brasil, mas dos domínios coloniais portugueses. Se os Espanhóis consumiriam as cubanas, os portugueses seriam sobretudo apreciadores – e geradores – de mulatas, como lembra um poema de Raul Bopp: «quando português/ desembarca na praça Mauá/é para ir no morro/ empernar mulata».

Talvez deva acompanhar esta reflexão com um complemento, que talvez seja o elemento principal: se os Espanhóis se caracterizam pela destruição, por assim dizer sistemática, dos Índios Americanos, sendo hoje como ontem responsáveis pela destruição, ou quase, dos Impérios Asteca e Inca, são, nessas operações genocidas acompanhados pelos Portugueses, que trucidam os Índios «Brasileiros» reduzindo-os à escravatura. Foi com espanto que Bartolomé de Las Casas, «encomendero» em Cuba, se deu conta do fraco povoamento da ilha, devido à ferocidade dos seus compatriotas nas relações com os índios. Este despovoamento acelerado deu a ideia a Las Casas de o compensar com a importação de africanos, que eram mais conhecidos pelos Portugueses. Aí voltamos a encontrar uma espécie de «impensado peninsular» que leva Castela e Portugal a afrontar os mesmos problemas, para os quais encontram soluções simétricas. Diz-se, se bem que esta afirmação esteja sujeita a polémicas, que esta ideia de Las Casas teria dado origem ao «tráfico negreiro», que durou séculos e se caracterizou pela captura e envio de escravos africanos para as actividades coloniais nas Américas. Se Bartolomé de Las Casas aparece hoje unguído pela defesa dos Índios Americanos, não podem deixar de lhe atribuir o que lhe pertence também: a ideia de compensar o genocídio dos Índios com a importação de escravos

africanos. Se bem que, no quadro desta reflexão, se deva sobretudo pôr em evidência o paralelismo das operações «civilizacionais» dos povos peninsulares.

O que não quer dizer que eles sejam geneticamente genocidas, mas as condições em que o Outro é reconhecido e repellido aparecem como muito próximas. De resto, a maneira como as cortes castelhanas e portuguesas face aos Árabes e aos judeus precede e explica os comportamentos adoptados face aos Índios Americanos e aos africanos.

Se abordarmos os séculos XIX e XX, encontramos no primeiro a eclosão de movimentos iberistas, aos quais não faltou nunca a contribuição dos anarquistas, que se contam entre os mais apaixonados defensores da unificação ibérica. Não importa analisar as biografias intelectuais dos iberistas, mas salientar a importância desta solução, que poria termo a uma disjunção já milenária que permitiria que os Portugueses assumissem a sua plena autonomia, não tendo poupado esforços para se opor a Castela. Os iberistas encaram a situação diferentemente, apoiando-se entre o mais na estrutura geográfica. Talvez lhes tenha faltado um analista do facto civilizacional ibérico, como fez o geógrafo Orlando Ribeiro, que parece ter encontrado a melhor fórmula para definir o país português, que possui um carácter mediterrânico, sendo embora dotado de uma fachada atlântica. Voltamos a encontrar uma maneira de ver que eclode de tempos a tempos nos discursos políticos dos dois países.

As diferentes propostas políticas integram-se no discurso europeu, amplamente considerado. Se a Espanha fora rejeitada por uma parte da Europa, considerada como uma espécie de pústula civilizacional no tecido europeu, a verdade é que esta marginalização da Europa acompanha de muito perto a emergência das explicações que multiplicam os exemplos de decadência ou mais biologicamente de degenerescência. O reforço dos nacionalismos a partir das lições revolucionárias (1776 e 1789) torna mais difíceis as relações entre as várias nações e estados europeus, embora, e contraditoriamente, o século XIX

permita concentrações necessárias mas inesperadas como aconteceu com a Alemanha, que pôde liquidar a multidão de principados que enxameavam o território, tal como a Itália pôde conseguir – contra a opinião de Montesquieu, admirador das pequenas repúblicas italianas – a sua necessária unificação. Se esta operação não era necessário aos Portugueses, cujas fronteiras tinham sido definidas quase definitivamente já no século XIII, tal não era o caso do poder castelhano, pois as nacionalidades existiam, como de resto continuam a existir. Se há convergência na defesa dos patrimónios ultramarinos, com sortes diversas, as soluções para o território europeu divergem profundamente.

Todavia, e sem contradição, neste período que associa os finais do século XIX aos primeiros trinta anos do século XX, verifica-se uma enorme actividade política que servirá para separar os dois países. Com efeito, ambos importam as teorias socialistas, algumas já marcadas pelo marxismo. Se bem que os movimentos mais radicais adquiram uma capacidade de intervenção que só será liquidada em Portugal pela ditadura militar de 1926, enquanto os Espanhóis só desaparecem da cena política após a Guerra Civil e a acção das várias polícias do franquismo. A criação da FAI – Federação Anarquista Ibérica – quase oficializa a importância da intervenção anarquista na organização do projecto político da esquerda republicana. Cabe aqui assinalar uma disjunção, pois se os Portugueses, recorrendo ao regicídio – que cabia no quadro teórico do anarquismo e, em Portugal, dos carbonários – conseguiram derrubar a Monarquia, substituída por uma República que pretendia ser igualitária, mas começou a sua vida prendendo, a bordo de embarcações fundeadas no Tejo, os sindicalistas que reclamavam as modificações indispensáveis no que se referia a condições de trabalho e salários.

Convém contudo salientar que a grande diferença residiu essencialmente na industrialização dos dois países, pois os liberais não encontraram uma estrutura industrial organizada, registando-se a existência de

muitos poucos motores a vapor. Joel Serrão descreveu em tempos a epopeia de um desses motores importado para acelerar a moagem – ainda confiada aos moinhos de vento de que restam alguns exemplares recuperados –, operação que provocou tumultos, tendo este motor acabado a vida numa fragata que fazia a ligação entre Lisboa e Vila Franca de Xira. Se registamos este fracasso no que se refere à criação de um parque industrial capaz de assegurar as tarefas mínimas da produção, podemos também constatar a lentidão com a qual os Portugueses encaram a necessidade de criar bancos para acelerar a criação de um capitalismo dinâmico, como iam fazendo os Espanhóis. Simplesmente, o primeiro banco português não conseguiu vingar e foi rapidamente levado à falência. Para encurtar caminho, direi apenas que a banalização dos bancos em Portugal é uma consequência da «Revolução dos Cravos». Encontramos as diferenças que começam a pôr em evidência divergências no percurso, pois o pequeno Portugal consegue eliminar a Monarquia, quando na Europa era reduzido o número de repúblicas, pois abundavam os reis, de resto ligados por laços de parentesco, tendo as monarquias criado uma espécie de rede que os transformava em «castas» no sentido antropológico da expressão.

A última grande experiência espanhola envolve a chamada Guerra Civil – continuo a pensar tratar-se antes de uma contra-revolução, na qual a direita católico-tradicionalista põe em causa o governo republicano legalmente eleito pelos cidadãos. Uma conspiração sobretudo militar, provavelmente organizada pelo general Sanjurjo e Francisco Franco, desencadeou as operações militares em 1936 tendo durado três anos. O seu termo em 1939 foi acompanhado pelo êxodo dos combatentes republicanos, assim como de muitas famílias que quiseram furtar-se à violência já conhecida das hostes franquistas, que, com a bênção da Igreja Católica, prendiam, torturavam e fuzilavam sem descanso. A violência quase bárbara do franquismo está presente na conservação da pena de morte, que os tribunais

não hesitavam em utilizar, recorrendo frequentemente ao garrote vil para estas operações.

O mais intrigante reside contudo na maneira como se organizaram as relações entre as duas ditaduras, pois a salazarista caracterizava-se pelo empobrecimento acelerado das populações contrariamente ao franquismo, não obstante este ter semeado cadáveres em toda a Espanha – cadáveres agora em via de ser recuperados das valas comuns, os franquistas apreciavam particularmente os fuzilamentos colectivos de famílias ou de grupos armados ou desarmados – para regressar ao seio familiar. Se os conspiradores da direita espanhola encontraram apoio no Governo de Lisboa, podemos dar-nos conta de que o Governo de Madrid permitiu a instalação em Espanha de membros da oposição portuguesa que, em alguns – poucos – casos, se integrou nas brigadas internacionais. Se bem que a Guerra Civil Espanhola dissesse respeito ao estatuto das liberdades civis, a verdade é que a esquerda portuguesa não participou praticamente no conflito, embora mais tarde não tenham faltado os poemas consagrados à memória de Federico García Lorca que fora uma das primeiras vítimas da violência irracional dos militantes franquistas.

Podia pensar-se, dados os termos em que estas duas ditaduras consideravam a liberdade de qualquer tipo, que se registaria uma espécie de associação entre os dois regimes. Ora não foi isso que aconteceu, embora não se tivesse registado nenhuma agressão, sobretudo depois do encontro de Salazar com o general Franco, na fronteira, em 1940, ano também da celebração do Mundo Português numa exposição que fora pensada para apresentar ao mundo inteiro os melhoramentos introduzidos pela ditadura na vida portuguesa. Este objectivo foi completamente falhado, mas tal não impediu que Lisboa tivesse modificado substancialmente a zona de Belém, tendo o monumento de Cotinelli Telmo inicialmente de *stafe* sido transferido para a pedra, erguendo-se hoje junto ao Tejo, para lembrar ao rio e aos homens os faustos da expansão portuguesa. Empenhado em duas tarefas,

impor aos Portugueses a disciplina da pobreza, recusar o equipamento industrial, tudo isto acompanhado pela teoria dos «dois safanões a tempo», o Prof. Salazar é apenas responsável pela desvalorização da inteligência entre nós. Nesse particular, encontramos uma perfeita complementaridade no comportamento dos Espanhóis, pois, recuperando a velha argumentação do *siglo de oro*, os espanhóis também repelem a inteligência.

A convergência foi ainda mais longe como se pôde verificar na política seguida nas fronteiras, que devem assegurar que cada um dos países é estanque, não deixando entrar nem sair ninguém. A tarefa para os Portugueses é praticamente impossível para o poder madrileno, como se pode ver durante a Guerra Civil e depois durante a Segunda Guerra Mundial, quando os militantes perseguidos pelos nazis, militantes ou judeus, se abrigavam em Espanha ou utilizavam o território como plataforma cómoda, antes de partir para o exílio, essencialmente nas Américas. Registou-se então, de maneira deliberada, uma espécie de esterilização da fronteira, de tal maneira eficaz que impediu a passagem aos clandestinos de todos os partidos, mas mais particularmente dos militantes comunistas ou anarquistas. A existência desta fronteira complicou a vida de muitos militantes, espanhóis ou europeus, que não podiam alcançar o Atlântico, devido ao isolamento imposto pelas polícias dos dois países. Esta situação era de resto confirmada pelas polícias políticas, que vigiavam a fronteira e tendo-se sempre mostrado muito brutais nas relações com os militantes ou mesmo os simples camponeses que, tradicionalmente, percorriam as fronteiras. Assim complicou profundamente a actividade dos contrabandistas que, face à dança dos câmbios, ora levavam mercadorias para Espanha ora as traziam para Portugal. Não se sabe se esta situação provocou estragos no solo, mas a verdade é que entre as zonas ameaçadas pela desertificação se conta precisamente a fronteira entre Portugal e Espanha. Pode contudo pensar-se que semelhante desertificação foi, pelo menos em parte, provocada pelo despovoamento, consequência das condições de habitabilidade, mas

sobretudo resultado das regras adoptadas pelos estados-maiores como uma espécie de detritos da «Guerra de los Naranjos». Os dois estados militarizaram a zona fronteiriça, receando sempre uma invasão ou uma insurreição desencadeada pelas «classes perigosas». Se a Guerra Civil reforçou os entendimentos entre as duas ditaduras, não é sem lamento que se regista a ausência dos combatentes portugueses nas fileiras republicanas, com a notável excepção de alguns marinheiros portugueses que procuraram rumar a Espanha, para reforçar a marinha de guerra dos republicanos, tendo sido travados pela intervenção da artilharia instalada no Alto do Duque, sob o comando de Carlos de Sousa Gorgulho, mais tarde governador de São Tomé, onde organizou, em Fevereiro de 1953, uma repressão com algum carácter genocida. Por sua vez, estes marinheiros foram remetidos para o Campo de Concentração do Tarrafal (Cabo Verde), criado precisamente em 1936 tendo como modelo, não os campos de concentração norte-americanos da Guerra de Sucessão, nem os da África do Sul durante a Guerra dos Bóeres, mas mais simplesmente os modelos fornecidos pelo nazismo alemão. Tudo se passa como sempre que o salazarismo procura modernizar-se fosse inevitavelmente arrastado para a violência repressiva.

Postas perante a Segunda Guerra Mundial, as duas ditaduras optaram pela neutralidade, rapidamente desmentida sobretudo no fornecimento de bens indispensáveis à guerra, tais como os alimentos, as roupas ou os tecidos, mas sobretudo os minérios (cobre, estanho, mas ainda mais volfrâmio, indispensável à produção de aços duros). Os relatórios elaborados pelo Banco de Portugal deixam contudo pensar que o ouro foi muito cedo integrado nestas operações, podendo até pensar-se que as antecedeu. As inscrições apostas às barras de ouro não permitem a menor dúvida no que se refere à sua origem. Os Espanhóis deram um passo em frente, enviando para a frente a Brigada Azul que sofreu duramente, sujeita às temperaturas dos Invernos da Europa do Leste e mais particularmente da Rússia. Portugal manteve a

sua declaração de neutralidade, embora nunca hesitasse em infringi-la quando se tratava ou de ajudar o ditador seu vizinho, ou quando a Alemanha fazia pedidos que foram sempre satisfeitos dentro dos limites da produção e da riqueza nacionais. E para colmatar, em Espanha os portugueses da direita tinham sido capazes de inventar os «Viriatos», hoste constituída por voluntários, entre os quais se dissimulavam contudo alguns oficiais no activo como o eterno tenente Coelho Branco. A derrota do Eixo parecia destinada a liquidar as duas ditaduras, mas os Aliados, e sobretudo a Inglaterra, decidiram não agir contra os dois Governos, provocando um trauma muito significativo nas oposições. E se os Espanhóis ou pelo menos alguns deles, procuraram manter activas as guerrilhas que se tinham formado com antigos combatentes, já em Portugal se verificou a criação de movimentos políticos que procuraram manter-se na legalidade o MUD (Movimento de Unidade Democrática) e o MUD Juvenil. Ambas as organizações estavam profundamente penetradas pelos militantes comunistas. Indiferentes às condições impostas pela «Guerra Fria», foi possível encontrar um candidato à Presidência da República, o general Norton de Matos, um colonialista equilibrado – mesmo se muito contestado pelos Africanos e mais particularmente os Angolanos. Norton de Matos viu-se na obrigação de desistir, mas abrindo mesmo assim uma nova frente da oposição ao regime ditatorial.

Parece francamente mais útil salientar o paralelismo perfeito das escolhas do que contabilizar as diferenças, uma vez que amplamente ajudados pela violência da «Guerra Fria» parecia impossível esperar uma intervenção destinada a ajudar as oposições existentes a derrubar as estruturas, que não hesitavam, na Europa ou em África, em infringir os direitos do homem e do cidadão, ainda que esta figura tivesse sido praticamente abolida pelas ditaduras, que nunca foram contudo capazes de calar as vozes que continuavam a dizer «não»! A grande diferença entre os dois regimes é a consequência da existência de colónias, se os Espanhóis possuem algumas cidades

na África do Norte, exigindo a presença de contingentes militares, os Portugueses gabam-se de possuir colónias não só em África, mas também na Ásia e na Oceânia. Os Espanhóis foram obrigados a aceitar a guerra que lhes foi imposta pelos colonizados, que conjugavam já verbos que deviam permitir a liberdade e a independência. Mas foi nestas guerras que se treinaram muitos oficiais que organizaram e dirigiram a contra-revolução. O mesmo se verificara em Portugal, onde os chefes militares provinham das guerras coloniais. O primeiro a ser contactado pelos organizadores da «revolução» fora o general Alves Roçadas, aureolado pelos seus triunfos sobre as populações africanas de Angola, mas o oficial tão distinto como condecorado, tivera medo e desse medo morrera. Tal não impede que esteja incluído na toponímia lisboeta. Foi substituído, praticamente do dia para a noite, pelo também general Gomes da Costa que em Moçambique, ainda no século XIX, em 1887, organizara a operação que levou à morte de Maguiguana, um dos chefes que lutara ao lado de Gungunhana contra as forças portuguesas. Platão mostrou que treinar-se para caçar os mamíferos de grande porte era o mesmo que treinar-se para matar os homens. Tal era o caso, com uma variável deveras significativa: o treino fizera-se com homens considerados inferiores, face aos brancos europeus, que seriam considerados como os autênticos descendentes do *Homo sapiens*. Uma vez mais a diferença enraíza-se na mentalidade colectiva que levou os Espanhóis a matar o touro na arena, enquanto os Portugueses o matam para comer, no mato ou no matadouro oficial. O gosto pela morte parece ter tornado os Espanhóis mais decididos, como de resto continuam a mostrar as análises da Guerra Civil: se a ferocidade irracional agiu sempre a direita, não será possível esquecer ou menosprezar a utilização da mesmíssima violência pelos «*rojos*», particularmente empenhados em eliminar «*los curas*». A contabilidade da morte mostra que houve muito mais mortos entre os Espanhóis, mesmo se ainda hoje não se possa indicar um número preciso de vítimas. Sendo todavia

necessário acrescentar os exilados, que se espalharam pelo mundo, tanto em França como sobretudo nos países hispano-americanos, tal como os militantes portugueses, monárquicos ou republicanos, se instalaram no Brasil, uma antiga colónia, em vias de aumentar dia a dia a sua força capitalística.

As duas últimas transformações que desejo pôr em evidência são nossas contemporâneas. A primeira diz respeito ao regresso ao regime democrático. Esta operação indispensável foi contudo precedida por uma mudança substancial no comportamento da população em geral, dos camponeses e dos artesãos rurais, em particular. Os colonos já se tinham transformado em emigrantes, que começavam a povoar as colónias africanas, quando os candidatos às tarefas da colonização descobriram ser mais barato emigrar para a Europa, onde havia falta de mão-de-obra. Esta corrente fizera-se muito mais cedo em Espanha, por duas razões, a primeira das quais decorre da Guerra Civil, que provocou uma hemorragia humana, sobretudo se repararmos na enorme quantidade de intelectuais que foram integrados nas universidades, sobretudo americanas. Sendo todavia certo que se registara já em Espanha uma emigração para Paris, onde os pintores e escultores espanhóis desempenham um papel central e decisivo na reorganização dos projectos plásticos europeus. Se bem que em número mais reduzido, os portugueses também participam na operação modernizante por intermédio de Souza-Cardoso, que morreu demasiado jovem, e de Maria Helena Vieira da Silva, certamente o único pintor português a alcançar a universalidade. É mais do que evidente que esta pequena patrulha das artes plásticas não pode competir com Picasso, Miró, os Gonzalez, o pintor e o escultor, e tantos outros, que injectaram na vida artística francesa e mundial o fermento da inovação constante. Foi em vão que a ditadura procurou recuperar os criadores e a sua criação. Teve de satisfazer-se com Salvador Dalí, sempre a contas com os desastres da libido. No caso português verifica-se uma menor consciência política entre

aqueles que integram o «modernismo» em Portugal, embora, paradoxalmente, um artista da importância de Almada Negreiros, tão confessadamente monárquico, que decidira abandonar Madrid, onde esteve instalado entre 1927 e 1932, incapaz de aceitar o regime republicano, preferindo deixar sem análise o seu comportamento, pois Salazar fazia tagatés aos monárquicos, permitindo-lhes que retomassem os títulos nobiliárquicos, mas preterindo constantemente a abolição da República e o regresso da Monarquia e dos súbditos, que não podia deixar de gerar.

Empurrados pelas guerras coloniais, os militares portugueses, mas aparentemente mais os capitães, organizaram uma vasta conspiração que abrangia o «império» para liquidar a ditadura, pois esta mostrava-me absolutamente incapaz de pôr termo à Guerra Colonial, que começara com o assalto à Prisão de São Paulo em Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961. Os militares reconheciam à boca pequena que a situação era desesperada na Guiné-Bissau, sendo pelo menos problemática em Angola e Moçambique, mas já toda a gente sabia que os Europeus estavam destinados a perder as guerras coloniais. A França perdera a guerra na Indochina, ou seja, no Vietname, assim como na Argélia. Reforcemos a importância desta divergência, que só será superada, uma vez instaladas as democracias na Península, o facto de os Espanhóis terem renunciado aos seus domínios coloniais, com a notável excepção das Canárias, onde o Movimento de Libertação não conseguiu a mobilização que lhe teria permitido ocupar o poder.

A «Revolução de Abril de 1974» apanhou de surpresa os Portugueses, incluindo os quase profissionais da política. Basta reparar nas condições de regresso dos exilados, como o Dr. Mário Soares, que regressa a Lisboa em plena febre revolucionária, acompanhado por sua mulher, Dra. Maria de Jesus Barroso, não de avião como a urgência exigia, mas de caminho-de-ferro, como a previdência impunha. O que fora pensado como uma operação destinada a criar as condições capazes de proceder à liquidação do colonialismo – havia poucos adeptos da

independência imediata dos colonizados entre os militares, mais adeptos da autodeterminação que fora utilizada pelos franceses, tendo Sekou-Touré roído a corda ao general de Gaulle que procedeu, imediatamente, à sua diabolização. Os militares souberam contudo compreender, na própria manhã do 25 de Abril, que os Portugueses não desejavam liquidar apenas a Guerra Colonial, mas aspiravam a uma verdadeira democracia. O frenesi que então invadiu as ruas, celebrando as prisões do presidente da República (almirante Américo Tomás) e do primeiro-ministro (professor Marcelo Caetano), não encontrara ainda o caminho da Rua António Maria Cardoso, onde a polícia política (a DGS, que fora anteriormente PIDE e, ainda mais longe, PVDE, conhecida pela «Pevide»). Inconscientes agentes desta Polícia varreram a tiro uma pequena manifestação da extrema-esquerda que queria a imediata abolição deste órgão do Estado repressivo, assim como a prisão e o julgamento dos agentes, culpados de assassinios e de torturas exercidas contra a oposição no seu todo, embora a extrema-esquerda tenha sido mais cuidadosamente agredida.

A morte de Franco facilitou a liquidação do regime franquista, e a existência do modelo português tranquilizou as várias camadas da burguesia que optaram pela transição democrática, o que exigia a renúncia a todo e qualquer ajuste de contas. Gerida no essencial por Felipe González, que presidia aos destinos do PSOE, foi possível a liquidação gradual do franquismo, que durara tempo de mais e marcara várias gerações com o ferrete da ditadura. Muito curiosamente, coube aos Espanhóis mostrarem-se mais duros na eliminação dos símbolos do poder franquista: estátuas, assim como nomes de ruas ou de avenidas, foram ou destruídos ou guardados em armazéns, certamente à espera de um museu consagrado à simbologia, não tendo os dirigentes políticos compreendido a força e a eficácia dos símbolos. Alguém decapitou a estátua de Salazar existente no jardim do Palácio Foz, tal como foi dinamitada a estátua que lhe fora consagrada em

Santa Comba Dão. Está ainda por saber se estamos perante uma indiferença absoluta pelos quarenta e oito anos de ditadura mesquinha, ou se estamos antes perante a nostalgia outonal do passado.

Os dois países pertencem hoje à zona do euro, isto é, estão integrados na União Europeia, embora haja que registar uma diferença significativa: Portugal terá sido o único país a registar uma perda provocada pela integração na zona do euro. É verdade porém que a governação das duas ditaduras não conheceu a mesma evolução, tendo o franquismo apostado na industrialização não só nas fábricas e oficinas mas também no campo, o que o torna imbatível nos mercados peninsulares. Quem no super-mercado nunca levou no saco um produto agrícola de origem espanhola? Pior ainda: trabalhadores recrutados pelos patrões espanhóis são por vezes reduzidos à situação de escravos, situação que nunca se verifica entre nós, possivelmente mais humanos e mais humanistas, mesmo que duvidemos de uma afirmação deste calibre. Pouco a pouco, ao longo dos anos do franquismo, fomos assistindo à revalorização da peseta e do seu símbolo absoluto, o «duro». A ascensão da peseta divergia cada vez mais do valor do escudo. Podia perguntar-se por que razão é que os valores podiam ser equiparados graças ao euro. Não sucede assim, e os Portugueses sublinham, por vezes com raiva, as vantagens da vida espanhola, mais endinheirada e por isso mais bem-disposta. As refregas simbólicas permitidas pelo hóquei em patins e o futebol perderam interesse, pois o choque passou a ocupar o espaço social na sua totalidade. Começámos a exportar jogadores de futebol, como qualquer país do ainda hoje chamado «Terceiro Mundo» mas, em má contrapartida, importamos cada vez mais produtos acabados, sempre mais caros e responsáveis pelo deficit da balança comercial portuguesa. Se a União Europeia se enganou em alguma coisa – e desgraçadamente enganou-se em muitas – foi na esperança da redução dos nacionalismos. Como poderia tal operação ser levada a cabo, quando o século XIX, obrigado a gerir tanto a

máquina a vapor como as fábricas e os operários, se apoiou na nação para cumprir as suas tarefas que, alimentadas pelo capitalismo, nele encontraram os alimentos indispensáveis às classes ociosas. Uma leitura, mesmo rápida, de Veblen pode ajudar a melhor compreender o sentido desta constatação. Talvez venha caber às nacionalidades a revisão dos projectos comunitários, quase asfixiados pela economia, que recusa considerar o crescente défice social que na Europa se regista. Se esta situação produz efeitos mais perniciosos em Portugal, nem por isso a Espanha se pode furtar aos seus efeitos.